



## SEMIÓTICA E HISTÓRIA

**José Luiz Fiorin (USP)**

fiorin@usp.br

**Resumo:** A Semiótica narrativa e discursiva tem sido acusada de não levar em conta a historicidade do texto, de considerá-lo como uma totalidade fechada em si mesma. Este trabalho refuta essa afirmação e, fazendo uma incursão pelas proposições de Hjelmslev, mostra que a historicidade do texto é examinada pela Semiótica sob o princípio da forma e não como um conjunto anedótico de dados sobre as condições de produção.

**Palavras-chave:** historicidade do discurso; princípio da forma; tensividade.

**Abstract:** Narrative and Discourse Semiotics has been accused of not taking into account the historicity of the text it analyzes, but rather, of taking the text as a whole unit, closed within itself. This paper refutes such assertions. In interpreting Hjelmslev's propositions, this paper shows that the historicity of a text is examined by Semiotics under the principle of form, not as a set of anecdotal data about the conditions under which a text is produced.

**Keywords:** historicity of discourse; principle of form; tensivity



## Introdução

A Semiótica narrativa e discursiva<sup>1</sup> tem sido acusada, por suas origens estruturalistas, de não levar em conta a História. Ela considera que o sentido se define na relação e não em si mesmo. Em outras palavras, ele revela-se negativamente e não positivamente. No entanto, a unidade sobre a qual ela se debruça são textos, que são da ordem do real, do domínio do vivido. Mas aí se diz que ela não se preocupa com a dimensão temporal dos textos, analisando cada um deles como uma autarcia. Ela preocupa-se com a organização subjacente que produz o sentido do texto. Nas palavras de Eduardo Prado Coelho, "o estruturalismo, embora sendo um nível de realidade, não é acessível a um conhecimento imediato e direto dessa realidade, é um antiempirismo; não é sincrônico e nem anacrônico, mas sim pancrônico, sendo um anti-historicismo" (1967, p. XXV).

O estruturalismo foi acusado por Sartre, em crítica à obra de Foucault *As palavras e as coisas*, de ser a "última barragem que a burguesia pode ainda erguer contra Marx" (In: Coelho, 1967, p. 126). No entanto, mais de um autor afirmou que não se pode falar em estruturalismo, tamanha a diversidade de pontos de vista de autores colocados sob essa etiqueta. Antes, deve-se falar em estruturalismos. A Semiótica narrativa e discursiva, herdeira de Hjelmslev, nas pegadas desse autor, não recusa a História, ela leva em conta a historicidade dos textos. É preciso, no entanto, ver como ela o faz. Evidentemente, ela

---

1 Este texto foi publicado originalmente na *Revista de Letras* da Universidade Federal Fluminense. **FIORIN, J. L.** . Semiótica e História. Cadernos de Letras da UFF, v. 42, p. 15-34, 2011.



recusa a ideia de que estudar a historicidade de um texto é contar anedotas a respeito de suas condições de produção: o autor (biografia, etc.), o lugar, a época.

Começemos, para verificar como a Semiótica analisa a historicidade do sentido, por estudar o movimento epistemológico feito por Hjelmslev, em Prolegômenos a uma teoria da linguagem (1975).

## **A redução e a ampliação epistemológica de Hjelmslev**

O linguista dinamarquês, ao traçar seu projeto de ciência, começa com o gesto epistemológico primeiro: a redução com vistas a determinar seu objeto teórico.

A primeira redução operada é a postulação do imanentismo. A Linguística não deve ser transcendente, mas imanente, isto é, ela não é uma ciência auxiliar nem uma ciência derivada; não busca compreender a linguagem como conglomerado de fatos não linguísticos (físicos, fisiológicos, psicológicos, lógicos, sociais), mas como um todo que se basta a si mesmo, como uma estrutura sui generis (1975, p. 3). A linguagem não será vista, então, como meio de conhecimento de outras realidades: as flutuações da psique humana, o gênio de um povo, uma determinada estrutura social, as relações históricas entre povos e nações, etc. (1975, p. 2-3). Ao contrário, a Linguística deve conhecer a língua em si mesma.

A língua não é um objeto homogêneo, ela comporta inúmeras variações e



flutuações na fala. No entanto, o linguista ocupar-se-á das constantes, que se mantêm sob variadas transformações. A tradição humanística nega a existência de uma constância nos fenômenos humanos e a legitimidade de sua procura. Considera que os fatos humanos, contrariamente aos da natureza, são singulares e, por isso, não podem ser submetidos a métodos exatos nem ser generalizados. No entanto, a Linguística hjelmsleviana parte do pressuposto de que a todo processo corresponde um sistema, que pode ser analisado e descrito com um número restrito de premissas. O processo é composto de um número limitado de elementos que reaparecem em novos arranjos. Assim, o que se deseja é estabelecer o cálculo geral das combinações possíveis, predizer os eventos possíveis e as condições de sua realização. Por isso, o objetivo de uma teoria da linguagem é buscar a existência de um sistema subjacente ao processo, com base na tese de que a constância subentende a flutuação (1975, p. 7-9).

A teoria da linguagem tem, segundo o linguista dinamarquês, por objetivo elaborar um procedimento, por meio do qual se possam descrever, de maneira não contraditória e exaustiva, objetos de uma dada natureza. Não pode limitar-se a permitir o reconhecimento de um dado objeto, mas tem que ter uma natureza preditiva, ou seja, deve possibilitar descrever todos os objetos de uma suposta natureza. Assim, a teoria precisa estudar o processo e o sistema não de uma língua, mas de todas as línguas. Por isso, seu método não pode ser indutivo, uma vez que é impossível percorrer todos os textos existentes em todas as línguas, sendo que, ademais, seria preciso dar conta não só dos textos que existem, mas também de todos os textos possíveis (1975, p. 19-22).



O que se pretende estudar, portanto, são as línguas naturais. O que se busca é o conhecimento imanente da língua, considerada como uma estrutura específica que se baseia apenas em si mesma. Procura constâncias na língua e não fora dela (1975, p. 25-26).

A Linguística estuda a forma e não a substância, ou seja, os objetos que ela analisa são definidos em relação a outros objetos e não em si mesmos. Hjelmslev vai mais longe ainda, ao postular que o objeto examinado e suas partes só existem em função dessas relações ou dessas dependências. Assim, os objetos linguísticos (a substância) são pontos de intersecção de feixes de relacionamentos. Por isso, a totalidade não se constitui de objetos, mas de dependências. O que tem existência científica são as relações no sistema (relações ou...ou) e no processo (relações e...e) e não sua manifestação (1975, p. 27-32).

Estabelecidos esses princípios, Hjelmslev expõe rigorosamente como se analisam as relações que vão criar os elementos dos planos da expressão (sons) e do conteúdo (sentidos) nas línguas naturais.

Ao final de seu Prolegômenos, o linguista dinamarquês propõe reincorporar tudo aquilo que fora deixado de lado, quando da redução epistemológica. Começa por reconhecer que há estruturas cuja forma é análoga à das línguas naturais. Reintroduz, assim, na teoria, todas as outras linguagens. Hjelmslev diz que uma língua é uma semiótica na qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas, tanto todas as outras línguas quanto as demais semióticas. No entanto, com base no ponto de partida, que foi o



estudo das línguas naturais, Hjelmslev mostra que nem tudo o que é dotado de sentido é uma semiótica. Para existir uma semiótica, é preciso que ela opere com dois planos, o que acontece quando não existe uma relação biunívoca entre um elemento do plano da expressão com um do plano do conteúdo, como ocorre, por exemplo, no jogo de xadrez ou nos sistemas de símbolos (1975, p. 109-119).

Seu objeto, ao estudar todas as semióticas, não são apenas as semióticas denotativas, mas também as semióticas conotativas (aquelas cujo plano da expressão é uma semiótica) e as metassemióticas (aquelas cujo plano de conteúdo é uma semiótica). Aqui, então, são incorporados à teoria os estilos, os gêneros do discurso, as variedades linguísticas, a língua ou línguas em que o texto foi produzido, etc. (1975, p. 121-130). Por exemplo, tem um sentido o fato de um romance como *A carne*, de Júlio Ribeiro, valer-se do jargão científico (2002). Luiz Fernando Veríssimo criou uma personagem, que se tornou um clássico do humor brasileiro, o analista de Bagé (2004), que, embora não seja nada ortodoxo no exame da alma humana, diz-se um freudiano “mais ortodoxo do que caixa de maisena”. Trata os problemas dos pacientes como quem amansa cavalo. É um gaúcho de uma franqueza rude, que considera bobagem todos os problemas psíquicos. A identidade do analista é criada pela linguagem e na linguagem. Ele usa, para isso, a variante regional gaúcha em sua fala: por exemplo, tratamento com o pronome tu, concordando com a terceira pessoa; perda das semivogais em ditongos de palavras como pois e mais, que se tornam pos e mas; léxico regional, como abanca, índio velho, mate, tchê. Nesse caso, a variante regional é uma constante. O fato de serem utilizadas notas



de rodapé num romance como O beijo da mulher aranha (2003), de Manuel Puig, tem um papel na construção do sentido do romance.

No último capítulo de seus Prolegômenos, Hjelmslev diz que a exigência inicial de estabelecimento “de um método seguro para determinado texto limitado redigido numa determinada língua ‘natural’ definida antecipadamente” teve que dar lugar “a uma atitude científica e humanista cada vez mais ampla que terminou por se impor e por nos levar a uma concepção de conjunto que dificilmente poderia ser imaginada mais absoluta” (1975, p.131).

Qualquer texto obriga o pesquisador a colocá-lo, por catálise<sup>2</sup>, numa totalidade, que o linguista deve reconhecer. Essa totalidade não é fechada.

“Todo sistema é uma totalidade que se basta a si própria; no entanto, nenhuma totalidade está isolada. Catálise sobre catálise obrigam a ampliar o campo visual até que se chegue a levar em conta todas as coesões. (...) De catálise em catálise, semiótica conotativa, metassemiótica e metassemiologia são obrigatoriamente integradas na teoria. Assim, todas as grandezas que, em primeira instância e considerando apenas o esquema da semiótica-objeto, deviam ser deixadas de lado como objetos não semióticos, são reintegradas e compreendidas como componentes necessários de semióticas de

---

2 Catálise é a explicitação, com a ajuda de elementos manifestados, graças a relações de pressuposição, de elementos elípticos na estrutura de superfície.



ordem superior. A seguir, não existem não semióticas que não sejam componentes de semióticas e, em última instância, não existe objeto algum que não possa ser esclarecido a partir da posição-chave que a teoria da linguagem ocupa. A estrutura semiótica se revela como um ponto de vista a partir do qual todos os objetos científicos podem ser examinados” (1975, p. 131-132).

Hjelmslev vai mostrar que, em seu ponto de partida, a teoria é imanente e estabelece como seu objeto a constância, o sistema e a função interna. Parecia, então, que isso seria feito “às custas das flutuações e dos matizes, às custas da vida e da realidade concreta, física e fenomenológica” (1975, p. 132). Para o linguista dinamarquês, essa era uma limitação provisória, um gesto metodológico para “arrancar da linguagem seu segredo” (1975, p. 132). Aí estabelece a exigência metodológica para incorporar a história, a realidade concreta à teoria:

Em vez de impedir a transcendência, a imanência pelo contrário, deu-lhe uma base nova e mais sólida. A imanência e a transcendência juntam-se numa unidade superior baseada na imanência. A teoria linguística, por necessidade interna, é levada a reconhecer não apenas o sistema linguístico em seu esquema e seu uso, em sua totalidade assim como em seus detalhes, mas também o homem e a sociedade





humana presentes na linguagem (grifo nosso) e, através dela, atingir o domínio do saber humano em sua totalidade. Com isso, a teoria da linguagem atingiu a finalidade que se tinha atribuído: *humanitas et universitas* (1975, p. 132-133).

A historicidade do sentido será incorporada à teoria sob o princípio da forma (no sentido hjelmsleviano do termo). Não será nunca, portanto, externa ao sentido.

## **A integração da História**

Que significa, porém, integrar a história à teoria sob o primado da forma?

Começemos por considerar que, para Hjelmslev, a substância não é a massa amorfa do pensamento nem as múltiplas possibilidades articulatórias do aparelho fonador. Ela não é uma realidade extralinguística, mas é a manifestação de uma forma do conteúdo ou da expressão, situada num nível diferente dela. Assim, um conceito ou um som derivam de uma forma e, por isso, são substâncias. Greimas ensina:

Não há necessidade de acrescentar que forma e substância são apenas dois conceitos operacionais que dependem do nível de análise escolhido: o que será denominado substância num certo nível poderá



ser analisado como forma num nível diferente (1973, p. 37).

Se estivermos determinando os fonemas do português, podemos dizer que todos os alofones de um dado fonema são do nível da substância. No entanto, quando estabelecemos as variedades regionais do português, essas variantes são vistas em suas relações, de uma perspectiva diferencial, sendo, portanto, examinadas como forma.

Estudar a historicidade inerente a um texto é, assim, analisá-lo do ponto de vista das relações que um texto mantém com o outro. Isso é que é integrar a história sob o primado da forma.

A questão que se coloca é se é legítimo analisar a historicidade dessa maneira.

Em primeiro lugar, ela será examinada nas relações entre textos. Com isso, não estaríamos elidindo o real em favor de sua representação? Para diferentes teorias linguísticas (talvez seja esse um ponto quase consensual nas teorias da linguagem), não temos acesso direto à realidade, pois nossa relação com o real é sempre mediada pela linguagem. Ele apresenta-se para nós sempre semioticamente, ou seja, linguisticamente. Por exemplo, afirma Bakhtin que "não se pode realmente ter a experiência do dado puro" (1993, p. 32), o que implica que nosso discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos, que semiotizam o mundo. Como se vê, se não temos relação com as coisas, mas com os discursos que lhes dão sentido, as relações discursivas são o modo de funcionamento real da linguagem (1998, p.86).



Uma teoria linguística assentada em bases epistemológicas completamente diversas como a chamada hipótese Sapir-Whorf mostra que a língua modela a representação do mundo de cada falante. Fundamentando-se em ideias de Sapir (1969, p. 20-21 e 45), Whorf (1969) nota que as categorias fundamentais do pensamento, como tempo, espaço, sujeito, objeto, são diferentes de uma língua para outra. As línguas, tanto no léxico, quanto na gramática, categorizam o mundo<sup>3</sup>. As partes do discurso das línguas indo-europeias, que opõem o agente à ação, as coisas às relações, os objetos às propriedades, impõem ao falante uma reificação do mundo, que é visto como um conjunto de coisas. Já uma língua, como o hopi, por exemplo, vê a realidade como uma soma de processos. Whorf formula, então, o princípio da relatividade linguística: há tantas maneiras de representar o mundo, de categorizar a realidade quantas são as línguas existentes. Nenhum falante pode escapar à organização e classificação dos dados estabelecida por uma língua. O mundo é um fluxo caleidoscópico de impressões, que são organizadas pelo sistema linguístico.

Na verdade, não se pode distinguir entre a realidade e sua representação, se o real é inacessível a nós fora dos quadros da linguagem.

A segunda questão diz respeito ao problema da diferença. É esse o modo de apreensão da historicidade?

O termo dialética teve, ao longo da história, diferentes sentidos: método de divisão

---

3 Há uma diferença significativa entre as teses de Sapir e as de Whorf. Para aquele, a língua reflete o meio físico e social e, a partir de sua constituição, o léxico, que é um inventário de ideias, interesses e ocupações, modela a maneira de ver o mundo.



das ideias, lógica do provável, lógica, síntese de opostos. Há um denominador comum a esses diferentes sentidos: há sempre duas teses em conflito ou a oposição de dois princípios, dois momentos, duas atividades quaisquer. Hegel diz que a dialética é “a própria natureza do pensamento”, visto que a resolução das contradições da realidade é o objeto do intelecto (1959, p.84). Para ele, a dialética é a lei da realidade, que se move por tríades de tese, antítese (a negação, o oposto, o outro da tese) e síntese (1994, p. 555-557; p. 462). Marx critica a dialética hegeliana dizendo que ela é consciência e aí permanece, não alcançando nunca o objeto, a realidade, a natureza, a não ser no pensamento e como pensamento (1987, p. 202-203, 213-214). Engels mostra que as oposições e diferenças estão presentes no objeto, seja ele a história da sociedade humana, seja a história da natureza (1974, p. 49-56). A diferença é a determinação da alteridade. Diz Hegel que todas as coisas se contradizem a si mesmas, que “tudo se opõe”, que tudo se diferencia (1994, p 554).

No domínio do sentido, quando confrontamos discursos, verificamos que eles se negam, invertem um ao outro, cancelam-se, retomam outros, fazem sínteses. Apreender a historicidade de um texto é captar essa dialética do sentido, que não existe no pensamento do linguista, mas está presente no objeto (cf. Jameson, 1997, p. 135-206). O sentido se constitui dialeticamente. Apreender essa relação é integrar a história sob o primado da forma: são relações diferenciais, polêmicas e contratuais, entre discursos que são analisadas. A História não é exterior ao sentido, mas ela é interna a ele, pois ele se constitui dialeticamente.



## **Análise de caso**

Para exemplificar a integração da História sob o primado da forma, tomemos a terceira geração romântica e o parnasianismo.

Tensividade é o eixo semântico que se articula em intensidade e extensidade, termos em que se analisa toda e qualquer grandeza linguística. Cada um dos membros dessa categoria é denominado uma valência. A intensidade tem duas subdimensões: o andamento e a tonicidade; a extensidade também: a temporalidade e a espacialidade. A intensidade diz respeito à força, que produz efeitos de subtaneidade, de precipitação e de energia. A extensidade concerne ao alcance no tempo e no espaço do campo controlado pela intensidade. A primeira é da ordem do sensível; a segunda, da do inteligível. Aquela rege esta. Por isso, diz-se que o tempo e o espaço são controlados pela intensidade. O valor é a associação de uma valência intensiva com uma extensiva (Zilberberg, 2006, p. 169-170).

As relações entre intensidade e extensidade podem ser conversas (quanto mais... mais, quanto menos... menos: por exemplo, quanto mais forte um sentimento mais dilatado será no tempo) ou inversas (quanto mais... menos, quanto menos... mais: por exemplo, quanto mais forte um sentimento menos extenso ele será) (Zilberberg, 2006, p. 170).

A terceira geração romântica trabalha com uma extensidade máxima. A temporalidade é a da grande duração, a da História. É dela que toma o material para as



metáforas e comparações. O poeta opera com uma concepção de progresso e, no caso brasileiro, luta pela libertação dos escravos. Em *O navio negreiro*, por exemplo, vai de Fídias e Ulisses na antiga Grécia a Colombo e Andrada nas Américas, passando pelo almirante Néelson e pela batalha de Abukir.

A espacialidade também tem grande dimensão. Os poetas dessa geração também tomam à natureza material para metáforas e comparações. Os símiles são construídos com aspectos da natureza que sugerem a imensidão e a infinitude: os astros, o oceano, as procelas, os tufões, os alcantís, o Himalaia, os Andes, a águia, o condor:

‘Stamos em pleno mar... Dois infinitos

Ali se estreitam n’um abraço insano

Azuis, dourados, plácidos, sublimes...

Qual dos dois é o céu? Qual é o oceano? (1966, p. 225)

A intensidade também é máxima: tanto na tonicidade, quanto no andamento. Do ponto de vista da tonicidade, é uma poesia indignada (a “ira condoreira”), plena de vocativos, de apóstrofes, de imprecções contra a divindade, de convocação da natureza e dos heróis do passado, de hipérboles:



Senhor Deus dos desgraçados!

Dizei-me vós, Senhor Deus!

Se é loucura... se é verdade

Tanto horror perante os céus...

Ó mar! por que não apagas

Co'a esponja de tuas vagas

De teu manto este borrão?...

Astros! noite! tempestades!

Rolai das imensidades!

Varrei dos mares, tufão!... (1966, p. 229)

E existe um povo que a bandeira empresta

P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...

E deixa-a transformar-se nessa festa

Em manto impuro de bacante fria!...

Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,

Que impudente na gávea tripudia?!...

Silêncio!... Musa! chora, chora tanto



Que o pavilhão se lave no teu pranto...

Auriverde pendão da minha terra,

Que a brisa do Brasil beija e balança,

Estandarte que a luz do sol encerra,

E as promessas divinas da esperança...

Tu, que da liberdade após a guerra,

Foste hasteado dos heróis na lança,

Antes te houvessem roto na batalha,

Que servires a um povo de mortalha!...

Fatalidade atroz que a mente esmaga!

Extingue nesta hora o brigue imundo

O trilho que Colombo abriu na vaga,

Como um íris no pélagos profundo!...

... Mas é infâmia demais... Da etérea plaga

Levantai-vos heróis do Novo Mundo...

Andrada! arranca este pendão dos ares!





Colombo! fecha a porta de teus mares! (1966, p. 231-232)

Como se observa, o texto tem um tom oratório e, por isso, apresenta a oralidade do discurso exaltado da praça pública. Esse tom declamatório é marcado por reticências, que indicam as pausas dramáticas; por travessões, que assinalam as pausas de elocução; por pontos de exclamação, que modulam a ênfase.

O andamento é rápido, o que é dado não apenas pelo tom declamatório, mas também pela grande liberdade de versificação, de ritmos e de rimas: em O navio negreiro, por exemplo, usam-se versos de dez sílabas, redondilhas maiores, alexandrinos, hexassílabos. Predominam as redondilhas e os decassílabos. Varia o andamento para realçar a aceleração, de um lado, e a majestade, de outro.

Na terceira geração romântica há uma relação inversa entre intensidade e extensidade: a um rápido andamento corresponde uma temporalidade superlativa; a uma tonicidade forte conforma-se um maior campo de desdobramento.

O parnasianismo, por sua vez, procedeu a uma diminuição tanto no domínio da intensidade quanto no da extensidade.

A temporalidade e a espacialidade são mínimas. Como há um desejo de criar um objeto imperecível, longe dos embates da História, não se trata de temas sociais, mas faz-se uma poética descritiva, do quadro, da cena, do retrato. A descrição reduz a temporalidade a um momento, a uma concomitância. Quando se narra, é um fragmento. A



descrição nítida (a “mimese pela mimese”) restringe a espacialidade: há um fetichismo dos objetos.

O parnasiano típico acabará deleitando-se na nomeação de alfaías, vasos e leques chineses, flautas gregas, taças de coral, ídolos de gesso em túmulos de mármore... e exaurindo-se na sensação de um detalhe ou na memória de um fragmento narrativo (Bosi, 1975, p. 248).

O parnasiano não pretende intervir na História, mas operar a mimese.

A tonicidade é fraca. Constrói-se uma poesia inenfática, que faz um esforço para aproximar-se impessoalmente dos objetos, busca-se sempre um efeito de objetividade no trato dos temas. Não há nada de fortemente passional.

O andamento é lento. Ao desejo de construir um objeto imarcescível correspondem os usos de uma língua clássica, uma sintaxe plena de inversões e sínquises, formas tradicionais de metro, de rima e de ritmo, um léxico preciosista, largo uso de enjambements. A poética parnasiana acaba com o que era considerado a frouxidão e a incorreção dos românticos.

Vila Rica



O ouro fulvo do ocaso as velhas casas cobre;

Sangram, em laivos de ouro, as minas que a ambição

Na torturada entranha abriu da terra nobre:

E cada cicatriz brilha como um brasão.

O ângelus plange ao longe em doloroso dobre.

O último ouro de sol morre na cerração.

E, austero, amortalhando a urbe gloriosa e pobre,

O crepúsculo cai como uma extrema-unção.

Agora, para além do cerro, o céu parece

Feito de um ouro ancião, que o tempo enegreceu...

A neblina, roçando o chão, cicia, em prece,

Como uma procissão espectral que se move...

Dobra o sino... Soluça um verso de Dirceu...

Sobre a triste Ouro Preto o ouro dos astros chove.

(Olavo Bilac, 1997, p. 269)



Há também no parnasianismo uma relação conversa entre extensidade e intensidade, só que nos mínimos: a um andamento pouco rápido corresponde uma temporalidade reduzida e a uma tonicidade fraca responde um pequeno campo de desdobramento. O poema Profissão de fé, de Bilac, é uma figurativização desse processo (1997, p. 89-90). Nele, Bilac afirma que não quer fazer o que faz o escultor, mas que seu trabalho é semelhante ao do ourives. O escultor é a figura do poeta da terceira geração romântica com sua grandiloquência, sua grandiosidade, sua monumentalidade, com sua imersão na realidade, com suas hipérboles, com seu gosto pronunciado pelo narrativo, com sua liberdade formal, com sua intensidade superlativa e sua extensidade máxima; o ourives é o poeta parnasiano, com sua leveza, sua sutileza, seu requinte, com seu afastamento da realidade, com sua busca pela perfeição, com seu tom inenfático, com seu culto ao descritivo, com sua rigidez formal, com sua intensidade atenuada e sua extensidade mínima.

Analisar a história é analisar instabilidades e, para isso, a semiótica tensiva é um modelo ideal, pois ela busca explicar exatamente as inconstâncias do sentido. Por isso, parte do pressuposto de que as alterações e vicissitudes que afetam o sentido derivam do fato de que ele está mergulhado na instabilidade, na imprevisibilidade, na foria, a transposição semiótica da energia, uma força diretriz, que se analisa em três grandezas (foremas): a direção, o intervalo e o elã (impulso). A intersecção de um forema com uma subdimensão da intensidade (andamento e tonicidade) ou da extensidade (temporalidade



e espacialidade) produz uma valência (Zilberberg, 2006, p. 173-175).

Na subdimensão do andamento, o forema da direção produz as valências aceleração e desaceleração; o forema da posição, as do retardamento e do adiantamento; o forema do elã, as da rapidez e da lentidão.

A poesia da terceira geração romântica é uma poesia da aceleração da história, do adiantamento (progresso) e da rapidez; enquanto a poesia parnasiana é a da desaceleração, do retardamento (veja-se, por exemplo, a retomada de temas clássicos e a fuga ao presente) e da lentidão (o enunciador não tem a vivacidade e a energia para a luta; aliás, ele não luta, ele não pretende intervir na realidade). Comparem-se os versos abaixo de Castro Alves e de Raimundo Correia:

Agora que o trem de ferro

Acorda o tigre no cerro

E espanta os caboclos nus,

Fazei deste “rei dos ventos”

- Ginete dos pensamentos,

- Arauto da grande luz!... (1966, p. 28)

Quando do Olimpo nos festins surgia



Hebe risonha, os deuses majestosos

Os copos estendiam-lhe, ruidosos,

E ela, passando, os copos lhes enchia...

(In: Azevedo, 2006, p. 33)

No plano da expressão, as mesmas valências operam, como comprovam a sintaxe classicizante do parnasianismo em contraste com a maior liberdade formal da terceira geração romântica, bem como a preferência pelos metros mais longos naquela e pelos metros mais curtos nesta. Em O navio negreiro, o ritmo vertiginoso recria o movimento do “barco ligeiro”.

Na subdimensão da tonicidade, o forema da direção gera as valências da tonificação e da atonização, ou seja, da acentuação e do enfraquecimento; o forema da posição, as da superioridade e da inferioridade; o forema do elã, as da tonicidade e da atonia. Pelo que foi dito acima sobre a grandiloquência e a ira condoreira, percebe-se que a terceira geração romântica criou uma poesia colocada sob a perspectiva da acentuação. O parnasianismo, ao contrário, com sua “serenidade” e “objetividade” produz uma poética do enfraquecimento. Os grandes temas, as figuras fortes são da ordem da superioridade. A poética descritiva e os fragmentos narrativos, ou seja, os pequenos temas estabelecem uma poética da inferioridade. A forte dimensão patêmica da terceira geração romântica está na valência da tonicidade, enquanto o parnasianismo, em sua



recusa às paixões fortes, constrói-se sob a valência da atonia. Na subdimensão da temporalidade, o forema da direção produz as valências da apreensão (já) e do foco (ainda não); o forema da posição, as da anterioridade e da posterioridade, que criam cronologias e sucessões; o forema do elã, as da brevidade e da longevidade. A terceira geração romântica opera sob as valências do foco (o ainda por fazer: por exemplo, acabar com o horror da escravidão: Ó mar! por que não apagas/ Co'a esponja de tuas vagas/ De teu manto este borrão?.../ Astros! noite! tempestades!/ Rolai das imensidades!/ Varrei dos mares, tufão!... (1966, p. 229)), da posterioridade, uma vez que está voltada para o progresso (o futuro) e para a longevidade (os grandes acontecimentos da História, que têm um longo alcance). O parnasianismo cria sob o domínio das valências da apreensão, do já, uma vez que não se ocupa do que será, mas do que é ou do que foi; da brevidade, pois trata de um tempo reduzido; da anterioridade (por exemplo, os temas da Antiguidade (como A sesta de Nero ou O sonho de Marco Antônio, de Bilac; Núpcias de Artaxerxes, de Luís Delfino) ou da Idade Média (como As cruzadas, de Bilac)) ou de uma neutralidade entre anterioridade e posterioridade, já que, de certa forma, está voltado para um presente gnômico, para um tempo que não passa, como no poema Vênus, de Francisca Júlia (In: Azevedo, 2006, p. 114).

Na subdimensão da espacialidade, o forema da direção produz as valências da abertura e do fechamento; o da posição, as da interioridade e da exterioridade; a do elã, as do movimento e do repouso. A terceira geração romântica cria sob as valências da abertura (os grandes quadros: por exemplo, a descrição do mar no início de O navio



negreiro), da exterioridade (há uma nítida preferência pelos amplos espaços) e pelo movimento (em O navio negreiro, o espaço é visto como que por uma câmera que se afasta ou se aproxima do objeto, ampliando ou fechando o foco: da amplidão do firmamento e da vastidão do oceano na primeira parte passa-se a focalizar, na quarta parte, o que se passa no convés do navio; na sexta parte, enfoca-se a bandeira que tremula na gávea do brigue). O parnasianismo produz sentidos com as valências do fechamento (ocupa-se dos pequenos detalhes, dos pequenos objetos, dos pequenos momentos narrativos); da interioridade (a preferência é sempre pelo espaço interior) e pelo repouso (trabalha-se como que com uma câmera fixa: em A cavalgada, de Raimundo Correia, por exemplo, o observador não se move; permanece sempre no mesmo lugar: o objeto é que se aproxima ou se afasta):

A lua banha a solitária estrada...

Silêncio!... Mas além, confuso e brando,

O som longínquo vem-se aproximando

Do galopar de estranha cavalgada.

São fidalgos que voltam da caçada;

Vêm alegres, vêm rindo, vêm cantando.

E as trompas a soar vão agitando





O remanso da noite embalsamada...

E o bosque estala, move-se, estremece...

Da cavalgada o estrépito que aumenta

Perde-se após no centro da montanha...

E o silêncio outra vez soturno desce...

E límpida, sem mácula, alvacenta

A lua a estrada solitária banha...

(In: Azevedo, 2006, p. 32)

Enquanto a terceira geração romântica criou uma poética do excesso (projeção de um intervalo menor sobre um maior: a poesia sobre a história), o parnasianismo gerou uma poética da falta (projeção de um intervalo maior sobre um menor: objeto artístico sobre pequenez do cotidiano; praticava a *ars longa, uita brevis*).

A análise do devir deve explicar a direção tensiva: aumento ou diminuição, ascendência ou decadência. Na decadência, há uma atenuação, quando se diminui um pequeno intervalo, e uma minimização, quando se decresce um grande intervalo. Na ascendência, há um restabelecimento, quando se aumenta um pequeno intervalo, e uma



exacerbação, quando acresce um grande intervalo. Isso permite descrever os mecanismos retóricos escalares (lítotes, eufemismo, ironia, hipérbole) ou processos como anacronismo, inércia, desaceleração, extenuação, obsolescência, efemeridade, ubiquidade e assim sucessivamente (Zilberberg, 2006, p. 182-184).

Os conteúdos sensíveis devem ser ordenados, o que determina a existência de uma sintaxe, que pode ser intensiva ou extensiva, isto é, relacionada à dimensão da intensidade ou à da extensidade. Na sintaxe intensiva, o contínuo modaliza-se como ascendente ou descendente. No sistema, temos, portanto, aumento ou diminuição. Por outro lado, no processo, ocorre uma relação e... e: aumento e diminuição (Zilberberg, 2006, p. 189-191). A terceira geração romântica opera com uma sintaxe ascendente, criando, por conseguinte, com a exacerbação, uma poesia hiperbólica; o parnasianismo trabalha com a decadência, produzindo sentidos com a diminuição.

A sintaxe extensiva diz respeito ao número e à distribuição em classes, atuando com os mecanismos da mistura e da triagem (Zilberberg, 2006, p. 192). A terceira geração romântica produz com a mistura, enquanto o parnasianismo cria com a triagem: com efeito, este preconiza a pureza da forma e da linguagem (Vive! que eu viverei servindo/ Teu culto, e, obscuro,/ Tuas custódias esculpindo/ No ouro mais puro. (Bilac, 1997, p. 92)), enquanto aquele defende uma liberdade formal muito grande, trabalhando com uma pluralidade de metros, de ritmos, de temas, de discursos.

O processo de discursivização opera por melhora e piora (Zilberberg, 2006, p. 194). Há dois caminhos para qualificar ou desqualificar um discurso. O primeiro incide



sobre a sintaxe intensiva: proclamar a insuficiência, o não bastante da grandeza, ou afirmar o excesso, a desmedida. Isso pode ir até a asseveração da insuficiência do excesso, da insuficiência da insuficiência, do excesso da insuficiência e do excesso do excesso (Zilberberg, 2006, p. 194). Por exemplo, a poesia parnasiana desqualifica a desmedida da terceira geração romântica, considerando-a grandiloquente (ver, por exemplo, a Profissão de fé, de Olavo Bilac). A segunda via de qualificação e desqualificação está no domínio da sintaxe extensiva (Zilberberg, 2006, p. 195). Quando se discursiviza a triagem da triagem, com vistas à pureza, afirma-se a superioridade da triagem sobre a mistura, preconizando os valores do absoluto, como fazem os discursos racistas ou como faz o parnasianismo. A Poesia (com maiúscula) é a poesia parnasiana: o restante é barbárie, é sacrilégio, é crime contra a Forma.

Deusa! A onda vil, que se avoluma

De um torvo mar,

Deixa-a crescer; e o lodo e a espuma

Deixa-a rolar!

Blasfemo, em grita surda e horrendo

Ímpeto, o bando

Venha dos bárbaros crescendo,

Vociferando...



Deixa-o: que venha e uivando passe

- Bando feroz!

Não se te mude a cor da face

E o tom da voz!

Olha-os somente, armada e pronta,

Radiante e bela:

E, ao braço o escudo, a raiva afronta

Dessa procela!

Este que à frente vem, e o todo

Possui minaz

De um vândalo ou de um visigodo,

Cruel e audaz; (...)

Ah! ver por terra, profanada,

A ara partida

E a Arte imortal aos pés calcada,

Prostituída!... (...)

Ver esta língua, que cultivo,

Sem ouropéis,



Mirrada ao hálito nocivo

Dos infiéis!... (...)

Vive! que eu viverei servindo

Teu culto, e, obscuro,

Tuas custódias esculpindo

No ouro mais puro.

(Bilac, 1997, p. 90-92)

Quando se discursiviza a mistura da mistura, afirma-se que uma classe das classes é plausível e, por conseguinte, faz-se o elogio dos valores da difusão, dos valores do universo, como faz o discurso da miscigenação da cultura brasileira. O limite da proclamação dos valores do absoluto é o nada, o ninguém, o nunca antes neste país, que nega totalmente a alteridade. É o que faz o parnasianismo, ao considerar toda poética não parnasiana, um sacrilégio ou uma barbárie. O extremo da ênfase nos valores do universo é a indistinção, como no discurso da correção política.

## **Para concluir**

A Semiótica, ao contrário do que afirma certa vulgata, nunca repudiou a



historicidade do sentido. Recusou-se, no entanto, a considerar válida uma análise linguística acoplada a uma análise histórica do momento de produção do texto, cada uma feita com um princípio metodológico distinto. Ao contrário, ao propor a incorporação da História, sob o primado da forma, o que pretendeu foi, de um lado, estabelecer um mínimo de coerência epistemológica na análise do sentido; de outro, ver a História como interna e inerente ao sentido. A História não é externa ao sentido; ele é histórico porque se constitui num processo dialético.

## **Bibliografia:**

AZEVEDO, Sânzio de (2006). *Parnasianismo*. São Paulo: Global.

BAKHTIN, Mikhail (1993) *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press.

BAKHTIN, Mikhail (1998). *Questões de literatura e de estética (A teoria do romance)*. São Paulo: Hucitec.

BILAC, Olavo (1997). *Obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

BOSI, Alfredo (1975). *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix.

CASTRO ALVES, Antônio (1966). *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Ediouro.

COELHO, Eduardo Prado (org.) (1967). *Estruturalismo antologia de textos teóricos*. Lisboa: Portugália.

ENGELS, Friedrich (1974). *Dialéctica da natureza*. Lisboa: Editorial Presença.

GREIMAS, Algirdas Julien (1973). *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix/EDUSP.



HEGEL, G. W. F. (1959). *Encyclopédie des sciences philosophiques en abrégé*. Paris: Gallimard.

HEGEL, G. W. F. (1994). *La science de la logique*. Paris: J. Vrin.

HJELMSLEV, Louis (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.

JAMESON, Fredric (1997). *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática.

MARX, Karl (1987). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural.

PUIG, Manuel (2003). *O beijo da mulher aranha*. 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

RIBEIRO, Júlio (2002). *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial.

SAPIR, Edward (1969). *Linguística como ciência. Ensaio*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

VERÍSSIMO, Luiz Fernando (2004). *Todas as histórias do analista de Bagé*. Rio de Janeiro: Objetiva.

WHORF, Benjamin Lee (1969). *Linguistique et anthropologie*. Paris: Denoël.

ZILBERBERG, Claude (2006). *Síntese da gramática tensiva*. Significação. Revista Brasileira de Semiótica. São Paulo: ECA-USP/Annablume, 25: 163-204.